jurisprudência.pt

Tribunal da Relação de Lisboa Processo nº 497/15.4T8PDL.L1-4

Relator: ALVES DUARTE **Sessão:** 13 Janeiro 2016

Número: RL

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: APELAÇÃO

Decisão: CONFIRMADA A SENTENÇA

CADUCIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO

ACIDENTE DE TRABALHO

IMPOSSIBILIDADE ABSOLUTA

OBJECTO DO CONTRATO

MODIFICAÇÃO

Sumário

I- A caducidade do contrato de trabalho pode decorrer da impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva do trabalhador prestar trabalho (art.os 340.º e 343.º, alínea b) do CT de 2009).

II- A impossibilidade é superveniente sempre que se verificar depois de celebrado o contrato de trabalho; é absoluta, em regra, quando o trabalhador não possa prestar o trabalho a que se obrigou segundo a sua categoria profissional, atendendo à imodificabilidade do objecto do contrato decorrente do princípio geral das obrigações pacta sunt servanda (art.º 406.º, n.º 1 do CC); e é definitiva, sempre que o facto que a determinou seja previsivelmente irreversível.

III- Porém, radicando a impossibilidade do trabalhador prestar trabalho num acidente de trabalho, o objecto do contrato pode modificar-se contra a vontade do empregador na medida em que a lei lhe impõe o dever de assegurar àquele ocupação em funções compatíveis com a sua desvalorização (art.os 284.º, n.º 8 do CT de 2009 e 161.º, n.º 1 da AT de 2009).

IV- Verifica-se a impossibilidade absoluta do trabalhador prestar trabalho e por isso o empregador não está obrigado a ocupá-lo se o mesmo for pedreiro, sofreu um acidente de trabalho do qual resultou incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual e a empresa apenas dispõe de lugares correspondentes a escriturário, técnico de construção civil, engenheiro,

orçamentista, medidor / preparador, encarregado geral, arvorado e, também, pedreiro e servente, naqueles casos porque o trabalhador não dispõe das capacidades técnico-profissionais necessárias para exercer essas funções e, nestoutros, porque correspondem, no essencial, às funções que já não pode fisicamente exercer.

V- Compete à empregadora o ónus de alegar e provar a inexistência na empresa de posto de trabalho compatível com a incapacidade do trabalhador (art.º 342.º, n.º 1 do CC).

(Sumário elaborado pelo Relator)

Texto Parcial

Acordam, em conferência, os Juízes do Tribunal da Relação de Lisboa.

I- Relatório:

AA intentou a presente acção declarativa, com processo comum, contra BB, Ld.ª, pedindo a declaração da ilicitude do despedimento e a condenação da ré no pagamento de uma indemnização no valor equivalente a 30 dias de retribuição base por cada ano completo ou sua fracção, das retribuições intercalares, vencidas desde a data do despedimento, assim como de uma indemnização por danos não patrimoniais, com acréscimo dos juros de mora.

Para tanto, alegou o autor e ora recorrente, em síntese, que:

-em 15 de Setembro de 2006, foi contratado pela ré para, sob as ordens, direcção e fiscalização desta última, desempenhar as funções inerentes à categoria profissional de 'pedreiro', mediante uma retribuição mensal; -no dia 4 de Janeiro de 2012, sofreu um acidente no exercício de funções, ficando, após a alta clínica, a padecer de uma incapacidade permanente parcial (IPP) de 12%, com incapacidade absoluta para o trabalho habitual (IPATH);

- -em 31 de Maio de 2014, a ré comunicou por escrito a caducidade do seu contrato, alegando a impossibilidade de o mesmo continuar a prestar serviço (dado o seu estado clínico);
- -mas o contrato só caduca por estas razões se o trabalhador está impossibilitado de exercer todas as actividades incluídas na sua categoria profissional, independentemente da tarefa específica que desempenhe, o que,

neste caso, não sucedeu;

-nestas circunstâncias, a ré, invocando ilegitimamente a caducidade do contrato, despediu-o de forma ilícita, o que o deixou deprimido e angustiado.

Citada a ré, foi convocada e realizada audiência de partes, na qual as mesmas não quiseram acordar sobre o litígio que as divide.

Na sequência da notificação para esse efeito, a ré contestou, por impugnação e por excepção, pedindo a improcedência da acção, com a sua absolvição do pedido e a condenação do autor como litigante de má fé, alegando, em resumo, que:

-naquela parte, aceitando que entre ambas vigorou aquele contrato de trabalho e que o mesmo cessou, mas por denúncia, tendo-o cumprido e por ela sido pago até ao decurso do prazo do anunciado aviso prévio; -nesta, invocou a peremptória da caducidade do contrato de trabalho, alegando, por um lado que, com excepção dos ocorridos em Janeiro e Fevereiro de 2008, relativamente aos demais factos alegados decorreu o prazo de caducidade da sua invocação, que é de 30 dias após o seu conhecimento e, por outro, caso fosse considerada a tese do autor, caducara o seu direito de acção por entretanto ter decorrido mais de um ano entre as datas da cessação do contrato (14-04-2010) e da citação da ré para a acção (10-02-2010).

O autor respondeu à contestação, sustentando tese oposta à nela subscrita pela ré acerca da matéria das excepções nela invocadas.

Foi lavrado despacho saneador, dispensada a condensação da matéria de facto controvertida e admitida a prova arrolada pelas partes.

Realizada a audiência de julgamento, foi em seguida proferida sentença, na qual o Mm.º Juiz julgou a acção improcedente e, em consequência, absolveu a ré do pedido.

Inconformado, o autor interpôs recurso, pedindo que a sentença proferida seja revogada e substituída por outra que declare a ilicitude do seu despedimento pela ré, culminando as alegações com as seguintes conclusões:

(...)

Contra-alegou a ré, pedindo a improcedência do recurso e ar manutenção da sentença recorrida, concluindo assim as respectivas alegações:

(...)

Tendo os autos ido com vista ao Ministério Público, nos termos do art.º 87.º, n.º 3 do Código de Processo do Trabalho, a Exm.ª Sr.ª Procuradora-Geral Adjunta foi do seguinte parecer:

(...)

O recorrente respondeu ao parecer do Ministério Público, no essencial reafirmando o que antes já dissera.

Colhidos os vistos, 1 cumpre agora apreciar o mérito do recurso, cujo objecto, como pacificamente se considera, é delimitado pelas conclusões formuladas pelo recorrente, ainda que sem prejuízo de se ter que atender às questões que o tribunal conhece ex officio. Assim, porque em qualquer caso nenhuma destas se coloca, importa saber se:

• tendo o autor sofrido um acidente de trabalho em virtude do qual ficou a padecer de incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual poderia ser reconvertido para o exercício de outra função na empresa.

II - Fundamentos.

1. Factos julgados provados:

- 1. A partir de 15 de Setembro de 2006, vigorou um acordo ajustado entre AA e BB, Ld.ª, ao abrigo do qual o primeiro, no interesse e sob as ordens, direcção e fiscalização da segunda, prestava as funções inerentes à categoria profissional de 'pedreiro B':execução de alvenarias de tijolo, pedra ou blocos, assentamento de mosaicos, manilhas, tubos ou cantarias, construção de muros e paredes, assentamento de blocos de cimento, colocação na betoneira de materiais de construção (areia, cimento, brita, água), enchimento das vigas, pilares, lajes e escadas com betão, rasgamento de paredes e chão, com uso de um escopro e martelo, para passagem de tubagens, fixação de caixas eléctricas nas paredes, reboco de paredes (com cimento e massames de Betão), execução de betonilhas, assentamento de telhas, descarregamento de materiais a partir de camiões (brita, pedra, areia, sacos de cimento), execução de cofragens com madeiras.
- 2. Para a realização destas tarefas, o Autor tinha de andar sobre pisos 'irregulares', carregar pesos, através de andaimes e escadas 'de mão', assim como baixar-se e mover-se de forma 'flexível'.
- 3. À data de 4 de Janeiro de 2012, o Autor auferia, a título de retribuição base,

- a quantia mensal de € 610,00, com acréscimo de € 88,00 mensais, a título de subsídio de alimentação.
- 4. No dia 4 de Janeiro de 2012, o Autor sofreu no seu corpo um conjunto de 'lesões', com consequentes 'sequelas', já qualificadas no Processo n.º 155/13.4TTPDL, tramitado neste Tribunal (e Secção), mediante sentença já transitada em julgado, como 'acidente de trabalho'.
- 5. Segundo a mesma decisão judicial, mencionada no número anterior, o Autor submeteu-se a um período de incapacidade temporária absoluta (ITA), de 4 de Janeiro de 2012 a 13 de Agosto de 2013, ficando a padecer de uma incapacidade permanente parcial (IPP) com o coeficiente de 12%, com incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual (IPATH), com alta clínica / consolidação das 'lesões' na segunda data acima indicada.
- 6. Na sequência da alta clínica, ocorrida em 13 de Agosto de 2013, o Autor, ainda neste mês (em datas não concretamente determinadas), voltou à execução das suas funções ao serviço da ré, durante um período de três dias.
- 7. Durante este período, o Autor, ao serviço da ré, nos termos definidos em 1), procedeu, pelo menos, a: carregamento de blocos e sacos de cimento, com subida de escadas / andaimes.
- 8. Ao fim deste período, o Autor dirigiu-se ao encarregado e informou-o que não conseguia executar as suas funções, nos termos descritos no número anterior, dadas as dores que sentia, por força das 'sequelas' mencionadas em 4) e 5).
- 9. Na sequência do descrito no número anterior, a ré dispensou o Autor do serviço, sem o desempenho de qualquer função, sem perda de retribuição, pretendendo apurar quais as 'tarefas e ocupação compatíveis com o estado do trabalhador'.
- 10. A ré comunicou o descrito no número anterior ao Autor.
- 11. O Autor manteve-se na situação descrita em 9) desde então até 31 de Maio de 2014.
- 12. Nos termos descritos nos três números anteriores, em 13 de Setembro de 2013, a ré solicitou à Direcção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, tendo como referência a situação do Autor, um "parecer" / "nomeação de um perito sobre o emprego do trabalhador incapacitado em funções compatíveis com o seu estado", mais referindo a ré, nessa solicitação, que "é intenção (...) declarar nos termos do art.º 161° da Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro, a impossibilidade de assegurar ocupação e função compatível com o estado do trabalhador", "dado que é insustentável manter o vínculo laboral do mesmo com a presente incapacidade para a profissão habitual".
- 13. Em 24 de Setembro de 2013, a Direcção Regional do Emprego e

Qualificação Profissional enviou, por escrito, resposta à ré, informando que havia endereçado tal solicitação mencionada no número anterior ao IDSA (Segurança Social), por ser esta "a entidade competente na Região em matéria de verificação de incapacidades".

- 14. Em 24 de Outubro de 2013, a ré voltou a solicitar à Direcção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, por escrito, o "parecer" mencionado em 12).
- 15. Em 11 de Novembro de 2013, o Autor esteve presente numa reunião, realizada na sede da ré, com intervenção de uma técnica da Direcção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, Direcção de Serviços do Trabalho, assim como de um funcionário / representante da ré, onde se fez um levantamento das 'possibilidades' de colocar o Autor a desempenhar outras tarefas nesta empresa.
- 16. <u>Na sequência desta reunião, a técnica da Direcção de Serviços do Trabalho elaborou informação com o seguinte teor:</u>

"Da informação recolhida na empresa podemos apenas concluir que as funções desempenhadas pelo Sr. AA são funções manuais de carácter físico, que exigem mobilidade em locais de solo irregular, esforço físico e flexibilidade corporal na execução das diversas tarefas, uma vez que tem de mover-se nos locais em obras, carregar material pesado, agachar-se, subir e descer escadas e andaimes".

- 17. Em 10 de Abril de 2014, a ré insistiu, junto da Direcção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, por escrito, pelo "parecer" mencionado em 12), referindo que "até à presente data o trabalhador encontra-se dispensado do trabalho a receber todos os seus direitos a cargo, exclusivamente, pela entidade empregadora" / "é intenção (...) operar a caducidade do contrato de trabalho do referido trabalhador no prazo de 15 dias, na ausência da referida avaliação, uma vez que foram ultrapassados os prazos razoáveis para a mesma".
- 18. Em 23 de Maio de 2014, a Direcção Regional do Emprego e Qualificação Profissional enviou à ré um "parecer" / "informação" com o seguinte teor: "...atendendo aos elementos de facto reunidos através da avaliação feita, perspectiva-se que o sentido do parecer seja o de concluir pela impossibilidade de ocupação de um posto de trabalho pelo AA na empresa BB, Ld.ª, ao serviço da qual ocorreu o acidente de trabalho. Devendo, no imediato ser solicitada a intervenção da Direcção de serviços do Emprego, no sentido de serem agilizados os apoios ao trabalhador para serem

encontradas soluções alternativas com vista à sua reintegração e reintegração profissional, através da definição de um plano de intervenção, cfr. n.º 3 do art.º 161.º, art.º 162.º e art.º 163.º da Lei n.º 98/2009, de 04-09. Sem prejuízo, será sempre à requerente que caberá alegar e provar a inexistência, no seio da empresa, de posto de trabalho compatível com a incapacidade diminuída do trabalhador, por se tratar de facto constitutivo do seu direito de declarar caduco o contrato de trabalho, cfr. art.º 342.º, n.º 1, do Código Civil".

- 19. Em 5 de Junho de 2014, a ré enviou ao Autor, mediante carta registada com aviso de recepção, comunicação escrita com o seguinte teor:
- "A BB, Ld.ª, na qualidade de entidade empregadora vem, nos termos da alínea b) do art.º 343° do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, com as posteriores alterações, comunicar a V. Excia. o seguinte: No dia 3 de Janeiro de 2012, V. Excia., enquanto trabalhador, sofreu um acidente de trabalho resultando do mesmo uma incapacidade para a sua profissão habitual.

Assim, uma vez que se verifica a impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva de V. Excia. prestar o seu trabalho, nos termos da alínea b) do art.º 343° do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, conjugado com o art.º 161.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro, invocandose a impossibilidade de assegurar ocupação e função compatível com o estado do trabalhador, comunicamos que o seu contrato cessa por caducidade nos termos supra referidos com efeitos na presente data.

Deverá dirigir-se à sede da empresa a fim de receber os créditos laborais devidos e correspondente documento do fundo de desemprego".

- 20. Em 13 de Junho de 2014, a ré enviou ao Autor, mediante carta registada com aviso de recepção, o "parecer" identificado em 12) e 18) e 'declaração de situação de desemprego'.
- 21. Em 17 de Junho de 2014, o Autor recebeu e descontou um cheque emitido pela ré, sacado sobre o Banco Santander Totta, com o n.º 8600002068, no valor de € 1010,35, por conta das retribuições e subsídios vencidos até então. 22. Em 26 de Junho de 2013, os serviços da Segurança Social haviam comunicado à ré a sobreposição de descontos do Autor, com referência ao mês de Agosto de 2009.
- 23. <u>Na sequência da comunicação mencionada no número anterior, a ré</u> procedeu aos seguintes descontos na retribuição do Autor, correspondentes a

um período total de 20 dias de serviço:

- a) Março de 2014: €36,12;
- b) Abril de 2014: €51,61;
- c) Maio de 2014:€ 124,88.

24. Em 17 de Julho de 2014, a ré enviou ao Autor uma comunicação escrita com o seguinte teor:

"De acordo com informação da Segurança Social, no mês de Agosto de 2013, houve sobreposição de descontos para a segurança social (22 dias de retribuição e 13 de ITA), pelo que somos credores de V. Excia. no valor correspondente de €371,32.

Propomos a V. Excia. um encontro de contas entre o valor que reclama em falta pela cessação do contrato de trabalho, no valor de € 165,22 e o valor que somos credores por pagamento indevido aquando da baixa por acidente de trabalho.

Deste modo, resulta da diferença entre estes valores, um crédito a favor desta entidade, no valor de € 206,10.

Assim, solicita-se a V. Excia que se dirija à sede da empresa a fim de regularizarmos esta situação".

25. Na sequência do descrito em 19), o Autor sentiu-se angustiado por não poder satisfazer os 'encargos financeiros' do seu agregado familiar.

26. O Autor, no presente, presta funções noutra empresa, não concretamente identificada, ao serviço da qual anda sobre pisos 'irregulares' e carrega pesos.

27. No período de 13 de Agosto de 2013 a 31 de Maio de 2014, a ré tinha ao serviço 19 funcionários (distribuídos da seguinte forma em concreto: 1 escriturário, 4 técnicos de construção civil, 1 engenheiro, 1 orçamentista, 1 medidor / preparador, 1 encarregado geral, 4 arvorados, 5 pedreiros e 1 servente.

Tendo presente a documentação junta ao processo, e compulsados os autos com o n.º 155/13.4TTPDL (cuja tramitação correu neste Tribunal), apura-se ainda que: - de acordo com a sentença proferida no processo acima identificado, já transitada em julgado, o Autor, como consequência do descrito em 4), sofreu fractura cominutiva do calcâneo esquerdo, com rigidez acentuada da articulação sub-astragalina do pé correspondente.

3. O direito.

3.1.1. Previamente a tudo o mais importa deixar a advertência de que a lei aplicável é o Código do Trabalho de 2009 e a Lei dos Acidentes de Trabalho de

2009, atendendo a que os factos relevantes se cristalizaram no período da sua vigência (anos de 2012 a 2014) e ao disposto nos art. OS 1.º e 7.º, n.º 1 da Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, 187.º e 188.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro e 2.º, n.º 2 da Lei n.º 74/98, de 11 de Novembro.

Posto isto, vejamos então se, tendo o autor sofrido um acidente de trabalho em virtude do qual ficou a padecer de incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual, poderia ser reconvertido para o exercício de outra função na empresa, como pretende o recorrente, assim impedindo a caducidade do contrato de trabalho que mantinha com a recorrida.

Dispõe o art.º 343.º do Código do Trabalho que "o contrato de trabalho caduca nos termos gerais, nomeadamente: b) Por impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva, de o trabalhador prestar o seu trabalho ou de o empregador o receber".

Por sua vez, diz o art.º 284.º, n.º 8 do mesmo diploma que "o empregador deve assegurar a trabalhador afectado de lesão provocada por acidente de trabalho ou doença profissional que reduza a sua capacidade de trabalho ou de ganho a ocupação em funções compatíveis".[4]

Finalmente, estabelece o art.º 161.º, n.º 1 da Lei dos Acidentes de Trabalho de 2009 que "quando o empregador declare a impossibilidade de assegurar ocupação e função compatível com o estado do trabalhador, a situação deve ser avaliada e confirmada pelo serviço público competente na área do emprego e formação profissional nos termos previstos no presente capítulo".

São, pois, três os requisitos legais para que possa operar a caducidade do contrato de trabalho por impossibilidade de o trabalhador cumprir a sua prestação de trabalho: ser superveniente, absoluta e definitiva. Neste particular, portanto, a impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva do cumprimento do contrato funciona no direito laboral tal qual no civil comum (nos termos a que aludem os art. OS 790.º, 791.º e 793.º do Código Civil).

No caso, não se suscitam dúvidas relevantes acerca da verificação do primeiro e terceiro daqueles requisitos da impossibilidade de cumprimento do contrato por parte do recorrente.

De todo o modo, diremos que a impossibilidade do trabalhador prestar o seu

trabalho é superveniente sempre resulte de facto posterior à celebração do contrato de trabalho e é definitiva na medida em que não seja meramente temporária mas previsivelmente irreversível. [6]

Ora, o recorrente começou a trabalhar por conta da recorrida em 15-09-2010 e sofreu o acidente de trabalho em 04-01-2012, pelo que daí se conclui a superveniência do facto. Por outro lado, teve alta clínica em 13-08-2013, tendo ficado afectado de incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual, o que significa que se não prevê, segundo os dados da ciência médica contemporânea, ser possível reverter o seu estado clínico, daí decorrendo a definitividade do facto.

Porém, como bem referiu o Mm.º Juiz a quo, poder-se-ia colocar dificuldades acerca do segundo requisito de operatividade da caducidade, ou seja, do carácter absoluto da impossibilidade do recorrente prestar trabalho para a recorrida.

Ora, o contrato de trabalho é, quanto ao trabalhador, intuitu personæ, pelo que a impossibilidade absoluta dele prestar trabalho significa que não pode efectuar a prestação a que está obrigado (não bastando para isso uma mera dificultas praestandi). [7] E isso tem que ser visto em função da categoria profissional que lhe competir no seio da empresa, pois que, como nos demais contratos, o objecto do contrato de trabalho não pode ser modificado sem o acordo de ambas as partes: [8] se a capacidade residual lhe permitir prestar tarefas no âmbito da sua categoria profissional, não há razões para a caducidade operar mas já assim será se tal lhe não for possível. [9] A explicação disso é adiantada por Pedro Romano Martinez: "Como a impossibilidade absoluta se tem de reportar às actividades contratualmente devidas, caso o trabalhador não se encontre em condições de as executar, o contrato caduca, pois não há um dever genérico de o empregador modificar o objecto negocial em função das limitações do trabalhador". [10] Na mesma linha, doutrina Maria do Rosário Palma Ramalho, em aberta crítica à interpretação restritiva que na matéria é feita pela jurisprudência: "... se o trabalhador foi contratado para um posto de trabalho determinado e deixa de poder desempenhar a função correspondente, o contrato perde a sua razão de ser e deverá caducar". [11] Nesta onda navega ainda Pedro Furtado Martins, de acordo com o qual "a verificação da caducidade do contrato de trabalho por impossibilidade para prestar o trabalho deponde da prévia delimitação da prestação laboral cuja viabilidade de execução se discute. Não está em causa

saber se o trabalhador tem capacidade para desempenhar uma gualquer actividade profissional por conta de outrem. mas sim determinar se lhe é possível realizar a prestação contratual a que se obrigou. A impossibilidade de execução da prestação laborai reporta-se, pois. à actividade contratualmente devida, àquele conjunto de tarefas ou género de trabalho que é delimitado através da categoria profissional. O que importa é saber se o trabalhador se encontra em condições de executar a prestação a que se obrigou, tal como ela é definida através da categoria profissional, e não outra que se encontra fora do programa contratual e cuja execução pressupõe a alteração desse programa, ou seja. uma modificação do contrato de trabalho. Noutra formulação, dir-se-á que o que interessa é determinar se o vínculo laboral, na sua concreta configuração, é ainda viável, o que depende da possibilidade de o trabalhador prestar a actividade inerente à respectiva categoria profissional, única que é objecto do seu contrato, e não da simples circunstância de ele ser considerado, em termos gerais, apto para o exercício de uma qualquer actividade profissional". [12] Por fim, por este caminho também seguiu esta Relação de Lisboa, ao decidir, em acórdão de 27-05-2015, que "a impossibilidade absoluta há-de reportar-se às funções compreendidas na categoria profissional detida pela trabalhadora, não estando a entidade patronal obrigada a reclassificá-la, uma vez que tal implicava a alteração do objecto contratual que só pode ocorrer com o acordo de ambas as partes". [13]

Que dizer face a isto? Ora bem, no que concerne aos factos que em geral possam causar a impossibilidade absoluta do trabalhador prestar trabalho, parece-nos inquestionável que ao empregador não pode ser imposta a modificabilidade do contrato de trabalho; porém, já quando a causa radique em acidente de trabalho, a solução aprece-nos ser diferente.

Com efeito, vimos atrás que o art.º 284.º, n.º 8 do Código do Trabalho estabelece que "o empregador deve assegurar a trabalhador afectado de lesão provocada por acidente de trabalho ou doença profissional que reduza a sua capacidade de trabalho ou de ganho a ocupação em funções compatíveis". [14] E o art.º 161.º, n.º 1 da Lei dos Acidentes de Trabalho de 2009 que "quando o empregador declare a impossibilidade de assegurar ocupação e função compatível com o estado do trabalhador, a situação deve ser avaliada e confirmada pelo serviço público competente na área do emprego e formação profissional nos termos previstos no presente capítulo".

Face a isto impõe-se concluir, com Pedro Furtado Martins, que "verificada a

impossibilidade definitiva para realizar o trabalho devido, a cessação do vínculo laboral dai resultante só será evitada se se entender que o empregador está obrigado a propor a modificação da categoria, sob pena de não poder invocar a caducidade do contrato de trabalho. Ora, a verdade é que no nosso ordenamento uma tal obrigação tem carácter excepcional, só existindo quando for expressamente prevista. É o que sucede em matéria de acidentes de trabalho e nas situações de despedimento por inadaptação do trabalhador". [15]

Baixando agora ao caso concreto, vimos que o recorrente "prestava as funções inerentes à categoria profissional de 'pedreiro B': execução de alvenarias de tijolo, pedra ou blocos, assentamento de mosaicos, manilhas, tubos ou cantarias, construção de muros e paredes, assentamento de blocos de cimento, colocação na betoneira de materiais de construção (areia, cimento, brita, água), enchimento das vigas, pilares, lajes e escadas com betão, rasgamento de paredes e chão, com uso de um escopro e martelo, para passagem de tubagens, fixação de caixas eléctricas nas paredes, reboco de paredes (com cimento e massames de Betão), execução de betonilhas, assentamento de telhas, descarregamento de materiais a partir de camiões (brita, pedra, areia, sacos de cimento), execução de cofragens com madeiras. 2. Para a realização destas tarefas, o Autor tinha de andar sobre pisos 'irregulares', carregar pesos, através de andaimes e escadas 'de mão', assim como baixar-se e mover-se de forma 'flexível'" e que após ter tido alta do acidente de trabalho que sofreu quando prestava o seu trabalho para a recorrida se apresentou à mesma para reiniciar a sua prestação e fê-lo durante o período de três dias, após o que, "dirigiu-se ao encarregado e informou-o que não conseguia executar as suas funções, nos termos descritos no número anterior, dadas as dores que sentia, por força das seguelas [dele] resultantes". Na sequência disso, "a ré dispensou o autor do serviço, sem o desempenho de qualquer função, sem perda de retribuição, pretendendo apurar quais as 'tarefas e ocupação compatíveis com o estado do trabalhador'" o qual "manteve-se na situação descrita ... desde então até 31 de Maio de 2014".

Por outro lado, "em 13 de Setembro de 2013, a ré solicitou à Direcção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, tendo como referência a situação do autor, um "parecer" / "nomeação de um perito sobre o emprego do trabalhador incapacitado em funções compatíveis com o seu estado" referindo ainda que "é intenção (...) declarar (...) a impossibilidade de assegurar ocupação e função compatível com o estado do trabalhador". E o certo é que,

em 23 de Maio de 2014, a Direcção Regional do Emprego e Qualificação Profissional enviou à ré um parecer com o seguinte teor: "Atendendo aos elementos de facto reunidos através da avaliação feita, perspectiva-se que o sentido do parecer seja o de concluir pela impossibilidade de ocupação de um posto de trabalho pelo AA na empresa BB, Ld.ª, ao serviço da qual ocorreu o acidente de trabalho".

A isso acresce que a recorrida provou, como lhe competia, [16] que não dispunha então de qualquer posto de trabalho compatível com a situação do recorrente. Com efeito, resultou provado que "no período de 13 de Agosto de 2013 a 31 de Maio de 2014, a Ré tinha ao serviço 19 funcionários, distribuídos da seguinte forma em concreto: 1 escriturário, 4 técnicos de construção civil, 1 engenheiro, 1 orçamentista, 1 medidor / preparador, 1 encarregado geral, 4 arvorados, 5 pedreiros e 1 servente".

Assim sendo, se atendermos às capacidades profissionais do recorrente, afigura-se apodíctico afirmar que o recorrente apenas estaria habilitado a exercer as funções de pedreiro e de servente e não também qualquer uma das outras existentes na empresa da recorrida. Ora, para exercer as tarefas inerentes a essas funções estava o recorrente absoluta e definitivamente impossibilitado, o que nos empurra para a conclusão de que a caducidade do contrato era a única decisão passível de ser retirada dos factos provados. Daí que nenhuma censura nos mereça a sentença recorrida, que por isso deve ser confirmada.

III - Decisão.

Termos em que se acorda julgar o recurso improcedente e confirmar a sentença recorrida.

Custas pelo recorrente (art.º 527.º, n. OS 1 e 2 do Código de Processo Civil e 6.º, n.º 2 do Regulamento das Custas Processuais).

Lisboa, 13-01-2016.

António José Alves Duarte Eduardo José Oliveira Azevedo Maria Celina de Jesus de Nóbrega

- [1] Art.º 657.º, n.º 2 do Código de Processo Civil.
- [2] Art.º 639.º, n.º 1 do Código de Processo Civil. A este propósito, Abrantes Geraldes, Recursos no Processo do Trabalho, Novo Regime, 2010, Almedina, páginas 64 e seguinte.
- [3] Que aprovou e determinou a aplicação do Código do Trabalho de 2009 mas ressalvou os factos integralmente passados no domínio do anterior.
- [4]O que encontra eco no art.º 44.º, n.º 1 da Lei dos Acidentes de Trabalho de 2009.
- [5] A este propósito, Pedro Romano Martinez Direito do Trabalho, 7.ª edição, Almedina, 2015, página 924 e, na jurisprudência, os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, de 20-05-2009, no processo n.º 08S3258, de 25-01-2012, no processo n.º 344/07.0TTEVR.E1.S1 e de 10-07-2013, no processo n.º 101/12.2TTABT.S1, publicados em http://www.dgsi.pt. Embora, refira-se, que no direito com
- [6] Pedro Romano Martinez Direito do Trabalho, 7.ª edição, Almedina, 2015, página 924 e Maria do Rosário Palma Ramalho, Tratado de Direito do Trabalho, 5.ª edição, Almedina, 2014, página 920.
- [7] Pedro Romano Martinez Direito do Trabalho, 7.ª edição, Almedina, 2015, página 924.
- [8] Art.º 406.º, n.º 1 do Código Civil.
- Pedro Romano Martinez Direito do Trabalho, 7.ª edição, Almedina, 2015, página 929: "Importa distinguir se as tarefas que o trabalhador, apesar de incapacitado, pode desempenhar se incluem ou não na sua categoria contratual. (...) Diferentemente, na eventualidade de a incapacidade do trabalhador abranger todas as actividades compreendidas na sua categoria, a subsistência Já relação laboral pressuporia uma alteração do objecto do contrato. Nada obsta a um acordo no sentido de se proceder a uma requalificação do trabalhador a subsistência da ar a subsistência da relação laboral, mas sobre o empregador não impende o dever de modificar o objecto do contrato em função das limitações do trabalhador".
- [10] Em Direito do Trabalho, 7.ª edição, Almedina, 2015, página 930.
- [11] No Tratado de Direito do Trabalho, 5.ª edição, Almedina, 2014, página 921.
- [12] Em Cessação do Contrato de Trabalho. 2.ª edição, Principia, 2002, página 39 e seguintes, apud Abílio Neto, Código do Trabalho Anotado, 4.ª edição,

Ediforum, Lisboa, 2013, página 752.

- [13] Acórdão da Relação de Lisboa, de 27-05-2015, no processo n.º 16/14.0TTVFX.L1-4, publicado em http://www.dgsi.pt.
- [14]O que encontra eco no art.º 44.º, n.º 1 da Lei dos Acidentes de Trabalho de 2009.
- [15] Na ob. e loc. citados.
- [16] Em consonância com o disposto no art.º 342.º, n.º 1 do Código Civil. Neste sentido, vd. o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 25-01-2012, no processo n.º 344/07.0TTEVR.E1.S1, publicado em http://www.dgsi.pt.